

Aborto mantém-se sem acompanhamento

Relatório aponta necessidade de observatório que analise fenómeno

NUNO MIGUEL RÓPIO
sociedade@jn.pt

Um observatório, que avalie a incidência do aborto e garanta a formação de equipas técnicas, é uma das recomendações do relatório de um grupo de investigadores da Universidade de Coimbra sobre a interrupção voluntária da gravidez, a ser lançado hoje em livro.

“Cometi um crime? Representações sobre a (i)legalidade do aborto”, resultante de um projecto do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, acompanhou não só o antes e o após processo de despenalização do aborto em Portugal, entre 2005-2008, sendo as suas conclusões claras: a interrupção voluntária da gravidez (IVG) carece de uma entidade que colmate a ausência de acompanhamento do processo e identifique as suas falhas e as necessidades de formação dos profissionais do sector.

Da autoria de cinco investigadores e que será apresentado hoje na Fnac do Chiado, em Lisboa, o estudo revela, entre outras conclusões [ler caixa ao lado], que não só durante os anos que existiu uma lei limitadora do aborto esta não tinha qualquer eficácia, como a maioria dos entrevistados – mais de meia centena, entre mulheres que abortaram, profissionais de saúde, juristas ou activistas – não colocou no patamar do crime o recurso ao aborto clandestino.

“Sugerimos a criação de um ‘Observatório de Cidadania Íntima e Sexual’, que identifique falhas e assegure a formação conti-



Movimento “Sim” ao aborto, em 2007, aquando do referendo à questão, e o discurso utilizado foram estudados pela equipa do CES

➔ Saber mais

PERCEÇÃO SOBRE PARTEIRAS

Apesar de grande parte dos entrevistados ‘diabolizar’ a figura da parteira, vista como alguém interesseiro, as mulheres que recorreram ao aborto clandestino revelaram uma percepção completamente diferente: a de alguém que lhes prestava um serviço, dentro das condições que lhe era possível.

MUDANÇA DE DISCURSO AJUDOU

Comparou-se três tipos de acções a favor do aborto: o de 1998, quando o ‘Sim’ perdeu no primeiro referendo; o de Agosto de 2004, com a vinda do barco do aborto; e o de 2007, quando o ‘Sim’ venceu no segundo referendo. Concluiu-se que a vitória só foi atingida com uma mudança radical do discurso das plataformas a favor.

nua aos actores, entre eles as assistentes sociais”, explicou, ao JN, Ana Cristina Santos, um dos elementos da equipa do CES, salientando que os ministérios da Saúde, Educação e Justiça poderiam ser parceiros desta entidade.

Para a autora, é necessário também elucidar a população sobre a IVG: “existe o risco da lei, transformativa e emancipatória, ficar capturada pelo estigma e pela falta de informação”. ■